

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90005/2026

Processo Administrativo nº 8594/2025-E

CONTRATANTE (UASG)

Nº 931348

OBJETO

Contratação de Empresa(s) Especializada(s) na Prestação de Serviços de *Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas)*, bem como o *Controle de Vetores e Pragas* que inclui *Dedetização, Desinsetização, Desratização, Descupinização das Unidades Escolares e demais órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do município de Queimados / RJ.*

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.060.006,97 (três milhões, sessenta mil, seis reais e noventa e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **27/05/2026** às **09h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DO TERMO DE CONTRATO	19
10. DOS RECURSOS	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

MINUTA DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS-RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026
Processo Administrativo nº8594/2025-E

Torna-se público que o Município de Queimados através da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por meio da Assessoria Técnica de Licitações, em especial a Pregoeira e Equipe de Apoio, sediado Rua Mário Pati Júnior, nº. 200 – Fanchem – Queimados-RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sendo modelo de disputa **ABERTO**, com critério de julgamento, **MENOR PREÇO POR ITEM** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal Decreto Municipal nº 2.895/2023, de 09 de março de 2023, e bem como, por todas as disposições legais que vierem complementar, alterar ou regular, os acima referenciados diplomas legais, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de Empresa(s) Especializada(s) na Prestação de Serviços de **Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas)**, bem como o **Controle de Vetores e Pragas** que inclui **Dedetização, Desinsetização, Desratização, Descupinização das Unidades Escolares e demais órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do município de Queimados / RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A execução ocorrerá sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento integral de materiais, equipamentos, insumos e ferramentas pela contratada.

1.3. A licitação será dividida em três itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. Tabela com as especificações dos Itens: ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■

ITEM 1 - LIMPEZA, DESINFECÇÃO, TRATAMENTO E MANUTENÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA (CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS)

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Periodicidade	Qtdd	Quantidade Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Serviço especializado em limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas).	M³	Semestral	2 x 1.230,87	2.461,74 (m³)	R\$ 154,58	R\$ 380.535,77



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

ITEM 2 - DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Periodicidade	Qtdd	Quantidade Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
2	Serviço especializado em dedetização, desinsetização, desratização predial.	M ²	Mensal	12 x 125.915	1.510.980 (m ²)	R\$ 1,61	R\$ 2.432.677,80

ITEM 3 - DESCUPINIZAÇÃO

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Periodicidade	Qtdd	Quantidade Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
3	Serviço especializado em descupinização, compreendendo as áreas internas e externas das Unidades Escolares e Administrativas.	M ²	Anual	1 x 125.915	125.915 (m ²)	R\$ 1,96	R\$ 246.793,40

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Os itens são destinados à prestação de serviços Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas), bem como o Controle de Vetores e Pragas que inclui Dedetização, Desinsetização, Desratização, Descupinização para atender à Rede Municipal de Ensino de Queimados e demais órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do município de Queimados/RJ.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, especialmente quanto ao direito de preferência em situação de empate e regularização fiscal tardia.

2.8.1 Contudo, considerando a natureza técnica, integrada e indivisível do objeto contratado, não será aplicada reserva de cotas ou exclusividade de participação para ME/EPP, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4 empresas ou profissionais que tenham atuado na elaboração dos documentos técnicos da presente contratação, quando configurado conflito de interesses, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

2.9.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

3.2. O custo total estimado para a Contratação é de **R\$ 3.060.006,97 (três milhões, sessenta mil, seis reais e noventa e sete centavos)**, sendo o valor médio estimado para o Item 1 – R\$ 380.535,77 (trezentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos); Item 2 – R\$ 2.432.677,80 (dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e oitenta centavos) e Item 3 – R\$ 246.793,40 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta centavos).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.4.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário dos Itens.

5.1.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.4.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos definidos no termo de Referência e Planilha estimativa;
- 5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5%.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. A licitação por ser modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.4 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.5 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.6 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.7 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.8 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.9 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.13 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.14 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

- 6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- 6.20.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.1 empresas brasileiras;
- 6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, aplicada subsidiariamente.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.2 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.3 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2 Será aceito registro em conselho profissional legalmente competente e compatível com o objeto contratado, tais como CRQ, CREA, CRBio, CRMV ou outro equivalente.

8.2. Licença ambiental expedida pelo órgão ambiental competente do domicílio da licitante, compatível com a atividade desenvolvida.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.5.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou pelo sistema.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

8.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.11.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail semedcoordinfraestrutura@queimados.rj.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.11.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11.3 A vistoria técnica possuirá caráter facultativo e sua não realização não implicará inabilitação da licitante, presumindo-se que a empresa possui pleno conhecimento das condições necessárias à execução contratual.

8.12. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.13.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.14. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.14.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, aplicada subsidiariamente.

8.15. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.15.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

8.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

8.16.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.16.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.16.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.17. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.14.1.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.23. Garantia Técnica dos Serviços e Certificação

8.23.1 **Certificado de Execução:** Para cada serviço realizado, deverá ser emitido um certificado individualizado por unidade, atestando a qualidade do serviço e os produtos utilizados.

8.23.2 **Prazo de Garantia Técnica:** Os serviços executados deverão possuir garantia técnica mínima compatível com a periodicidade prevista para cada item contratado, observando-se os seguintes prazos:

8.23.2.1. Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água: garantia mínima de 06 (seis) meses;

8.23.2.2. Serviços de dedetização, desinsetização e desratização predial: garantia mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das aplicações mensais subsequentes previstas contratualmente;

8.23.2.3. Serviços de descupinização: garantia mínima de 12 (doze) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

8.24. Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, os serviços de reforço, repasse ou reexecução necessários em caso de reincidência de infestação, reaparecimento de pragas ou constatação de ineficiência técnica dos procedimentos executados.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três)** dias úteis; ou b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **3 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração, devendo constar assinatura digital válida para este fim.

9.4. A contratação por meio de termo contratual, emitida ao fornecedor adjudicado, que implica o reconhecimento de que:

9.4.1 Será estabelecida a relação de negócios nos termos das disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração e mantidas as condições de habilitação da contratada.

9.7. Os critérios de medição, recebimento e pagamento observarão integralmente as disposições constantes do Termo de Referência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (www.gov.br/compras).

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4 a 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5 a 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, aplicada subsidiariamente.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A identificação de serviços executados em desconformidade técnica poderá ensejar glosa proporcional da fatura, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

11.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.16.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: semed.cplmso@queimados.rj.gov.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. A execução contratual deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, sanitária e operacional previstos no Termo de Referência.
- 13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.10. Em caso de divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições específicas do Termo de Referência quanto aos aspectos técnicos do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.queimados.rj.gov.br>.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.12.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 13.12.2 Anexo II – Planilha de Preços Estimados;
- 13.12.3 Anexo III – Planilha de proposta;
- 13.12.4 Anexo IV – Minuta de Contrato;
- 13.12.5 Anexo V – Termo de Ciência e Concordância.

Queimados/RJ, 12 de maio de 2026.

Responsáveis pela elaboração:



Documento assinado digitalmente
FRANCIS DOS SANTOS SILVA
Data: 12/05/2026 17:19:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francis dos Santos Silva
Assessoria Técnica – SEMED
Matrícula nº 14322/01



Documento assinado digitalmente
ANA PAULA DOS SANTOS BASTOS DA SILVA
Data: 12/05/2026 17:06:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Paula dos Santos Bastos da Silva
Subsecretária Adjunta de Infraestrutura
Matrícula nº 14405/01

Acolho.

ANDRE LUIZ MONSORES DE ASSUMPCAO
DE
ASSUMPCAO:00928163717

Assinado de forma digital por
ANDRE LUIZ MONSORES DE ASSUMPCAO
ASSUMPCAO:00928163717
Dados: 2026.05.12 17:03:50 -03'00'

ANDRÉ LUIZ MONSORES DE ASSUMPCÃO
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 14231/01



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133/2021

Prestação de Serviços

(Processo Administrativo nº 8594.2025-E)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto é a contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de **Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas)**, bem como o **Controle de Vetores e Pragas** que inclui **Dedetização, Desinsetização, Desratização, Descupinização das Unidades Escolares e demais órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do município de Queimados / RJ**.

1.2. A execução dos serviços dar-se-á, SEM dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO) e com fornecimento integral de todos os equipamentos, ferramentas, insumos e produtos saneantes domissanitários necessários, visando a garantia das condições de potabilidade da água, bem como evitar a proliferação de cupins, ratos, formigas, aranhas, escorpiões, percevejos, carrapatos, pulgas, etc., nos espaços internos e externos dessas unidades, conforme condições, e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.3. A contratação dos serviços a serem executados e a frequência de realização de cada tipo de atividade, optou-se pela divisão do objeto em três itens específicos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela de Itens e Quantitativos

Item	Descrição / Especificação	Unidade de medida	Periodicidade	Qtdd	Quantidade Anual
1	Serviço especializado em limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água.	M³	Semestral	2 x 1.230,87	2.461,74 (m³)
2	Serviço especializado em dedetização, desinsetização, desratização predial.	M²	Mensal	12 x 125.915	1.510.980 (m²)
3	Serviço especializado em descupinização, compreendendo as áreas internas e externas das Unidades Escolares e Administrativas.	M²	Anual	1 x 125.915	125.915 (m²)



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.5. O serviço é enquadrado como **serviço contínuo**, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP). A continuidade é indispensável para garantir as condições de salubridade, higiene e potabilidade da água nas unidades de ensino, evitando riscos à saúde dos alunos e servidores e garantindo o pleno funcionamento das atividades finalísticas da Administração Pública. Sendo assim, a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite legal, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração. A eficácia da prorrogação ficará condicionada, ainda, à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação original, bem como à demonstração da existência de dotação orçamentária prévia para suportar as despesas nos exercícios subsequentes, garantindo-se, assim, a continuidade do serviço essencial de forma ininterrupta.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se no interesse público de garantir a salubridade das unidades escolares de Queimados, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021, em especial no cumprimento do planejamento prévio estabelecido para o exercício de 2026.

2.2. O controle de vetores é essencial para mitigar riscos de doenças como Leptospirose, Hantavirose e arboviroses em ambientes com alta concentração de crianças.

2.3. Proteção direta das cozinhas e refeitórios contra contaminações por pragas, assegurando o cumprimento das normas sanitárias da merenda escolar.

2.4. Ação preventiva contra cupins e roedores que danificam estruturas e redes elétricas, evitando custos extraordinários de manutenção corretiva.

2.5. Cumprimento das normas da ANVISA para garantir que a água armazenada esteja isenta de patógenos para o consumo de alunos e servidores.

2.6. Os quantitativos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.7. A contratação visa atender às Metas do Plano Municipal de Educação (PME) e contribuir para o atendimento das metas do Planejamento Estratégico da SEMED.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.8. A elaboração do Plano de Contratações Anual tem como objetivo promover o planejamento, a eficiência e a boa gestão orçamentária, racionalizando as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantindo o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiando a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

2.9. Da fundamentação legal

2.9.1. Este Termo de Referência submete-se rigorosamente aos seguintes diplomas:

2.9.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);

2.9.1.2. Decretos de Queimados nº 2895/2023 (Pregão Eletrônico), nº 2.893/2023 (Pesquisa de Preços) e nº 2.896/2023 (Sistema de Registro de Preços);

2.9.1.3. Resolução RDC nº 622/2022 (ANVISA), NBR 15584 e Lei Estadual RJ nº 7.806/2017;

2.9.1.4. As normas da ANVISA aplicadas a este caso.

2.10. Aplicam-se neste processo, toda matéria legal, obrigatória para o comércio, exportação, armazenamento, distribuição, entre outros, sob pena de rescisão contratual.

2.11. A presente contratação fundamenta-se no dever de planejamento estabelecido pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021, integrando o cronograma de contratações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para o exercício de 2026.

2.12. O objeto desta licitação encontra-se devidamente previsto no **Plano de Contratação Anual (PCA) de 2026** da Secretaria Municipal de Educação de Queimados, guardando estrita correlação com os seguintes itens do referido plano:

2.12.1. **Item 3.40 - Prestação de Serviços Prevenção contra Pragas e Vetores:** No qual se insere a necessidade de Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de caixas d'água e cisternas, Dedetização, Desinsetização, Desratização e Descupinização.

2.13. A necessidade da contratação foi detalhada e justificada no Estudo Técnico Preliminar, o qual demonstrou a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida, bem como a essencialidade do serviço para garantir as condições de potabilidade da água, bem como evitar a proliferação de cupins, ratos, formigas, aranhas, escorpiões, percevejos, carrapatos, pulgas, etc., nos espaços internos e externos das unidades escolares e administrativas.

2.14. A definição do objeto ora apresentada atende ao disposto no inciso II do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como o meio necessário para o atendimento da demanda pública de forma eficiente, clara e objetivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.15. A contratação destes serviços é considerada uma necessidade imprescindível para a administração, fundamentando-se, primordialmente, na obrigatoriedade de manter a manutenção e a higienização periódica das estruturas de armazenamento. Tal medida é vital para garantir a potabilidade da água consumida e a desinfecção rigorosa de caixas d'água e cisternas, assegurando a conformidade com as normas da ANVISA e as diretrizes vigentes dos órgãos de vigilância sanitária.

2.16. O atendimento abrange o controle preventivo e corretivo de vetores e pragas urbanas, como insetos, roedores e cupins. Essa frente de atuação é crucial não apenas para evitar a proliferação de doenças no ambiente coletivo, mas também para preservar a integridade física das unidades escolares e administrativas contra a degradação estrutural.

2.17. A estratégia de manutenção contempla a dinâmica de expansão da rede, garantindo que novas unidades inauguradas ou espaços em fase de ampliação sejam prontamente integrados ao cronograma de sanitização. Dessa forma, assegura-se um padrão de segurança sanitária ininterrupto e abrangente para todos os usuários e servidores das instalações.

2.18. A inexecução total ou parcial do objeto poderá comprometer a salubridade das unidades escolares e administrativas, ocasionando riscos à saúde pública, contaminação da água destinada ao consumo humano, proliferação de vetores e pragas urbanas, além de prejuízos à segurança sanitária da comunidade escolar.

2.19. A ausência de medidas preventivas e corretivas poderá ocasionar danos ao patrimônio público, incluindo estruturas físicas, redes elétricas, mobiliários e acervos documentais, especialmente em razão da ação de cupins e roedores, gerando aumento dos custos de manutenção e risco de paralisação das atividades escolares.

2.20. O inadimplemento contratual sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa cabível, assegurando-se à Administração a adoção das medidas necessárias à continuidade dos serviços essenciais.

2.21. Em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, destaca-se o levantamento de mercado realizado pela Subsecretaria Adjunta de Infraestrutura, com o propósito de identificar as melhores alternativas atendem aos requisitos estabelecidos no objeto da contratação.

2.22. Consequentemente, o levantamento de mercado indicou que a solução economicamente e tecnicamente viável é a prestação dos serviços, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.23. Cabe ressaltar que a responsabilidade pela elaboração e atualização do levantamento de mercado é do setor demandante, devendo assegurar fundamentação técnica adequada, alinhada à necessidade atual do Município.

2.24. Dessa forma, a contratação ora proposta atende não apenas à urgência e imprescindibilidade motivadas pela Manutenção, Higienização Periódica, Prevenção e Controle de Vetores, mas também está amparada em fundamentação técnica sólida, garantindo adequação orçamentária, conformidade legal e transparência administrativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle de pragas, vetores e manutenção de reservatórios de água, sob o regime de execução indireta (sem dedicação exclusiva de mão de obra). A estratégia visa garantir condições de higiene, salubridade e segurança sanitária em todas as Unidades Escolares e órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Queimados/RJ, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos da lei.

3.2. O ciclo de vida operacional da solução é composto por intervenções programadas e periódicas, conforme detalhado abaixo:

Item	Serviço	Periodicidade
1	Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas)	Semestral (a cada 6 meses)
2	Dedetização, Desinsetização e Desratização predial (Controle de Pragas e Vetores)	Mensal (12 vezes ao ano)
3	Descupinização (áreas internas e externas)	Anual (1 vez ao ano)

3.3. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com especial ênfase à RDC nº 622/2022 e demais legislações correlatas.

3.4. No âmbito do controle de pragas, a contratada empregará metodologias diversificadas, tais como FOG, atomização, pulverização (spray), aplicação de gel e iscas raticidas, priorizando, mandatoriamente, o uso de insumos antialérgicos, inodoros e inócuos à saúde humana, de modo a salvaguardar a integridade de alunos e servidores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Paralelamente, os procedimentos de limpeza e desinfecção de reservatórios de água deverão estrito cumprimento à Portaria GM/MS nº 888/2021, à Lei Estadual nº 1.893/1991 e aos parâmetros técnicos estabelecidos no manual MN-353.R-0.

3.5. Visando assegurar a eficácia contínua dos serviços durante todo o ciclo contratual, estabelece-se a garantia técnica mínima, conforme periodicidade de cada serviço.

3.6. Quanto o período do item anterior, a contratada obriga-se a prestar assistência técnica imediata, realizando o repasse dos serviços sem ônus adicional à Administração caso seja detectado o reaparecimento de pragas ou laudos de não potabilidade da água. Para tanto, o tempo de resposta máximo deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas úteis para o atendimento de chamados emergenciais ou solicitações de reforço.

3.7. A conformidade da solução e o atesto da prestação dos serviços serão monitorados mediante a entrega obrigatória de documentação comprobatória, composta pelo Certificado de Controle de Pragas com detalhamento de produtos, métodos e responsabilidade técnica e pelo Certificado de Limpeza de Reservatórios.

3.8. Adicionalmente, é indispensável a apresentação do Laudo de Potabilidade, emitido por laboratório devidamente credenciado, atestando a qualidade da água para consumo humano após cada intervenção semestral.

3.9. Ao término do período de 12 (doze) meses, a Administração procederá à avaliação de performance da contratada e da perenidade da demanda para subsidiar a decisão quanto à prorrogação contratual ou à abertura de novo certame licitatório, zelando pela continuidade deste serviço essencial.

3.10. Subcontratação

3.10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal (aplicação e limpeza), visando garantir a responsabilidade técnica direta da empresa habilitada no certame.

3.10.2. Admite-se, exclusivamente, subcontratação acessória para serviços laboratoriais de análise de potabilidade, permanecendo a responsabilidade integral sob a contratada.

3.10.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.11. Garantia da Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

3.11.2. Considerando a natureza técnica, contínua e sanitária dos serviços objeto da presente contratação, a Administração optou pela não aplicação da reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, prevista na Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que a fragmentação da execução poderá comprometer a padronização dos procedimentos, a eficiência operacional, a fiscalização contratual e a segurança sanitária das unidades escolares e administrativas atendidas.

3.11.3. Os serviços envolvem atividades integradas de limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água, bem como controle de vetores e pragas urbanas, possuindo impacto direto na saúde pública e exigindo uniformidade metodológica, compatibilidade entre os produtos utilizados, controle rigoroso dos cronogramas de execução e acompanhamento técnico permanente, em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

3.11.4. A execução simultânea por múltiplos fornecedores poderá gerar divergências técnicas, inconsistências operacionais e dificuldades de fiscalização e responsabilização, comprometendo a efetividade das ações preventivas e corretivas, especialmente em ambientes escolares com grande circulação de alunos e servidores.

3.11.5. Além disso, a contratação demanda atuação coordenada e resposta célere para atendimentos emergenciais, reaplicações e reforços técnicos, circunstâncias que poderiam ser prejudicadas pela divisão da execução contratual.

3.11.6. Dessa forma, a não aplicação da reserva de cota encontra respaldo nos princípios da eficiência, razoabilidade, segurança sanitária e supremacia do interesse público, bem como nas exceções admitidas pela Lei Complementar nº 123/2006, quando a divisão do objeto puder comprometer sua adequada execução.

3.12. Vistoria

3.12.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, deverá encaminhar solicitação para o e-mail: semedcoordinfraestrutura@queimados.rj.gov.br.

3.12.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.12.3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico ou representante legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.12.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações ou dificuldades técnicas (ex: falta de escadas, necessidade de caminhão pipa ou acesso restrito a forros), dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços para a plena execução do objeto.

3.12.5. A vistoria não constitui condição de habilitação, tampouco critério de julgamento. Cabe ressaltar que, a vistoria não ensejará inabilitação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço contínuo, conforme os parâmetros do Art. 15 da IN nº 5/2017-SEGES/MP e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 132/2008 – 2ª Câmara).

4.2. A essencialidade justifica-se pela necessidade permanente de garantir a salubridade das Unidades Escolares, a potabilidade da água e a integridade do patrimônio público, sendo que a interrupção de tais serviços compromete diretamente a missão institucional da SEMED e o direito fundamental à educação.

4.3. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá comprovar e manter:

4.3.1. Comprovante de licenciamento junto à autoridade sanitária e ambiental competente (conforme Art. 4º da RDC nº 622/2022 ANVISA);

4.3.2. Responsável técnico profissional competente (CRQ, CREA, CRBio, CRMV ou outro legalmente aplicável), devidamente registrado em seu respectivo Conselho, responsável pelo treinamento das equipes e aquisição de saneantes;

4.3.3. Manutenção de quadro funcional treinado e experiente na manipulação de produtos tóxicos e domissanitários.

4.4. Requisitos Técnicos e de Qualidade

4.4.1. O objeto desta contratação deverá observar, de forma cogente, o conjunto de requisitos técnicos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), assegurando a estrita conformidade com o ordenamento normativo vigente.

4.4.2. A prestação dos serviços submete-se aos ditames da RDC nº 622/2022 da ANVISA, que regula o funcionamento de empresas de controle de vetores, e aos procedimentos de vigilância da qualidade da água estipulados pela Portaria GM/MS nº 888/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4.4.3. No que tange à segurança ocupacional, a contratada deverá garantir o cumprimento das Normas Regulamentadoras NR-33 (espaços confinados) e NR-35 (trabalho em altura), essenciais à higienização de reservatórios, além de observar a NBR 14725 quanto ao manejo e informações de segurança de produtos químicos (FISPQ).

4.4.4. O objetivo sanitário central é a manutenção de ambientes livres de patógenos e vetores, com impacto direto na prevenção de doenças infectocontagiosas e na garantia da potabilidade da água para a comunidade escolar.

4.4.5. A abrangência dos métodos aplicados, incluindo gel, pulverização, atomização e iscagem, deve ser tecnicamente compatível com áreas sensíveis, como cozinhas, depósitos de merenda e salas de aula, sem prejuízo às áreas externas.

4.5. Requisitos Operacionais e Responsabilidades

4.5.1. A operacionalização dos serviços exige que a execução seja integralmente supervisionada por Responsável Técnico legalmente habilitado (Biólogo, Farmacêutico, Engenheiro Agrônomo ou Químico), mediante a apresentação da respectiva documentação do conselho de classe.

4.5.2. É imperativo o uso exclusivo de produtos saneantes domissanitários registrados ou notificados na ANVISA, devendo as Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) permanecer à disposição da fiscalização durante toda a vigência contratual.

4.5.3. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e programada, respeitando as especificidades de cada unidade escolar e priorizando períodos de recesso ou finais de semana para evitar a exposição de alunos, sempre vinculada à emissão prévia de Autorização de Fornecimento (AF) pela SEMED.

4.5.4. A conformidade da prestação será atestada pela emissão de Certificado de Execução por unidade, documento que deverá detalhar a cronologia da aplicação, os insumos utilizados, as pragas-alvo e os prazos de garantia. Para o caso específico dos reservatórios, a certificação deverá ser obrigatoriamente acompanhada do laudo de potabilidade pós-limpeza, consolidando a entrega técnica do objeto.

4.6. Sustentabilidade

4.6.1. A execução contratual deverá pautar-se, rigorosamente, pelos princípios da sustentabilidade, adotando medidas preventivas contra a contaminação do solo e de lençóis freáticos decorrente do manejo de defensivos químicos.

4.6.2. A Contratada obriga-se a garantir a eficiência no uso dos recursos hídricos durante a higienização de reservatórios, empregando técnicas que minimizem o



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

desperdício e coordenando, junto à direção de cada unidade, o esgotamento prévio do consumo para evitar o descarte desnecessário de volumes significativos de água.

4.6.3. A seleção de saneantes deve priorizar insumos de baixa toxicidade (classificações III ou IV), que apresentem menor impacto residual ao ecossistema sem prejuízo à eficácia do controle, assegurando o uso de produtos antialérgicos, inodoros e inócuos à saúde humana e à flora local.

4.6.4. No que tange à gestão de resíduos, a Contratada detém responsabilidade integral pelo recolhimento e pela destinação final ambientalmente adequada de embalagens vazias de inseticidas e raticidas, sendo terminantemente vedado o descarte em recipientes de lixo comum das unidades.

4.6.5. Deverá observar os preceitos da logística reversa e as normas da ABNT sobre resíduos sólidos, mediante a apresentação do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), quando couber.

4.6.6. Para a regularidade da prestação, é indispensável a comprovação de Licença Ambiental de Operação válida para a atividade de controle de pragas, bem como a manutenção de um programa de capacitação interna para os prepostos da empresa, garantindo que o corpo técnico esteja devidamente atualizado quanto às normas ambientais vigentes e aos protocolos de segurança química.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A operacionalização dos serviços deverá seguir um rito administrativo e técnico rigoroso, iniciando-se com a apresentação, por parte da Contratada, do Plano de Trabalho e Cronograma Inicial. Este documento deve ser protocolado em até 10 (dez) dias subsequentes à assinatura do instrumento contratual ou ao recebimento da primeira Ordem de Serviço. O fluxo de trabalho estabelecido compreende, primordialmente, a realização de uma vistoria técnica prévia em cada unidade, com o fito de identificar pontos críticos de vulnerabilidade, as espécies de pragas predominantes e o estado de conservação dos reservatórios.

5.2. Concluída a fase de diagnóstico, a Contratada procederá ao agendamento formal das intervenções junto à Subsecretaria Adjunta de Infraestrutura ou Direção da Unidade Escolar e à Fiscalização, garantindo a previsibilidade das ações.

5.3. A mobilização subsequente exige a alocação de equipe técnica devidamente uniformizada e equipada com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pertinentes, para que a execução técnica, abrangendo os métodos de limpeza ou desinfestação ocorra com máxima segurança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.4. A etapa final de cada intervenção será consolidada com a entrega do Certificado de Execução, documento que deve conter o detalhamento dos procedimentos realizados e o prazo de validade sanitária. Adicionalmente, a dinâmica operacional prevê o pronto atendimento a chamados emergenciais, estabelecendo-se o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a atuação da Contratada em situações de infestações repentinas ou necessidades urgentes de higienização de reservatórios.

5.5. Metodologia de Limpeza de Reservatórios:

5.5.1. Esgotamento programado, lavagem das paredes internas com escovas de fibra vegetal ou sintética (vedado o uso de escovas metálicas);

5.5.2. Desinfecção com solução bactericida (hipoclorito de sódio) em concentração adequada conforme normas do Ministério da Saúde;

5.5.3. Enxágue e descarte dos resíduos da limpeza;

5.5.4. Verificação da vedação das tampas para evitar novas contaminações.

5.6. Metodologia de Controle de Pragas e Vetores:

5.6.1. A metodologia aplicada para o controle de pragas deverá contemplar técnicas integradas e específicas para cada grupo de vetores, iniciando-se pela desinsetização, que exigirá a combinação estratégica de pulverização visando obter efeito de choque e poder residual com a aplicação direcionada de gel em áreas críticas de manipulação de alimentos.

5.6.2. Deverá ser realizado o polvilhamento em conduítes e ralos, assegurando a cobertura de locais de difícil acesso.

5.6.3. Quanto ao procedimento de desratização, este será executado por meio do posicionamento estratégico de dispositivos porta-isca, obrigatoriamente dotados de travas de segurança para prevenir o contato acidental. Tais dispositivos deverão conter raticidas de dose única e ser devidamente mapeados, permitindo um monitoramento preciso e a avaliação da eficácia do controle em etapas posteriores.

5.6.4. O controle de descupinização, será operacionalizado através da criação de barreiras químicas e do tratamento focalizado em estruturas de madeira ou no solo, conforme a identificação de focos específicos. Todo o conjunto metodológico deve ser executado de forma a garantir a eliminação das infestações existentes e a prevenção de novas colônias, priorizando sempre a mínima interferência na rotina das unidades.

5.7. Local e horário da prestação dos serviços

5.7.1. Os serviços serão prestados nas sedes administrativas e unidades escolares da rede municipal, conforme ordem de serviço expedida pela Subsecretaria Adjunta de Infraestrutura da SEMED.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.7.2. Os serviços deverão ser executados em horários que **não coincidam com o fluxo de alunos**, tais como: finais de semana, feriados, recessos escolares ou contraturno, visando a segurança dos usuários e a eficácia do tempo de contato dos produtos.

5.7.3. A Contratada deverá informar obrigatoriamente o tempo de isolamento de cada área (geralmente entre 6h a 12h), fixando avisos visuais nas portas de acesso.

5.7.4. Qualquer alteração de horário por necessidade da Administração deverá ser comunicada com antecedência mínima de 48 horas.

5.8. Recursos Materiais, Ferramentas e EPIs

5.8.1. Para a perfeita execução do objeto e o estrito cumprimento do cronograma estabelecido, a Contratada obriga-se a disponibilizar todos os recursos materiais e ferramentas necessários, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

5.8.2. O parque tecnológico a ser mobilizado deve compreender equipamentos de alta performance, incluindo bombas costais de precisão, atomizadores motorizados e lavadoras de alta pressão para a higienização dos reservatórios. Nas intervenções que exijam acesso a estruturas elevadas ou espaços reduzidos, deverão ser utilizadas escadas telescópicas e sistemas de iluminação à prova de explosão, garantindo a segurança operacional em áreas confinadas.

5.8.3. No que tange aos insumos, todos os inseticidas, raticidas e desinfetantes empregados devem possuir registro vigente junto à ANVISA, sendo vedada a utilização de produtos com prazos de validade expirados ou embalagens sem a devida rotulagem técnica. Adicionalmente, a salvaguarda da equipe técnica e dos usuários das unidades fundamenta-se no uso obrigatório e ininterrupto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Estes incluem, no mínimo, luvas de proteção química, botas de segurança, máscaras dotadas de filtros de carvão ativado e óculos de proteção.

5.8.4. Em conformidade com as Normas Regulamentadoras, a execução de atividades em altura ou espaços confinados exigirá, respectivamente, a utilização de cinturões de segurança conforme a NR-35 e, sempre que a análise preliminar de risco indicar, detectores de gases em estrita observância à NR-33.

5.9. Especificação da Garantia do Serviço e Certificação

5.9.1. **Certificado de Execução:** Para cada serviço realizado, deverá ser emitido um certificado individualizado por unidade, atestando a qualidade do serviço e os produtos utilizados.

5.9.2. **Prazo de Garantia Técnica:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.9.2.1. Os serviços executados deverão possuir garantia técnica mínima compatível com a periodicidade prevista para cada item contratado, observando-se os seguintes prazos:

- I. **Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água:** garantia mínima de 06 (seis) meses;
- II. **Serviços de dedetização, desinsetização e desratização predial:** garantia mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das aplicações mensais subsequentes previstas contratualmente;
- III. **Serviços de descupinização:** garantia mínima de 12 (doze) meses.

5.9.3. Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, os serviços de reforço, repasse ou reexecução necessários em caso de reincidência de infestação, reaparecimento de pragas ou constatação de ineficiência técnica dos procedimentos executados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá ao CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Educação, por servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, ou empresa especialmente CONTRATADA para o gerenciamento e fiscalização, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todo serviço prestado, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários, desde que previstos no Termo de Referência.

6.4. É outorgada à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste Termo de Referência, nas especificações e quantidades, em tudo o mais que de qualquer forma se relacione direta ou indiretamente como objeto do presente Termo de Referência.

6.5. A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade da CONTRATADA no que concerne à toda prestação de serviços e as consequências e



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

implicações próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento do objeto não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

6.6. Gestor do Contrato

6.6.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.6.2. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.6.3. acompanhar os registros realizados pela Comissão de fiscalização, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.4. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.6.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6.6. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.6.7. receber e dar encaminhamento imediato:

6.6.7.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.6.7.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição dos serviços contratados será efetuada pela fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação de Queimados, mediante verificação da efetiva execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

dos serviços previstos neste Termo de Referência, em conformidade com a metodologia e periodicidade estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

7.2. Os pagamentos serão realizados com base nas medições apresentadas pela CONTRATADA e devidamente atestadas pela fiscalização, observadas as quantidades efetivamente executadas, as especificações técnicas, e as frequências definidas a seguir:

7.2.1. **Serviço de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água:** será medido em **metro cúbico (m³)** de reservatório efetivamente limpo e tratado, de acordo com o volume total de cada reservatório, considerando a execução **semestral** (duas vezes ao ano);

7.2.2. **Serviços de Dedetização, Desinsetização e Desratização Predial:** serão medidos em **metro quadrado (m²)** da área construída tratada, considerando a execução **mensal**;

7.2.3. **Serviço de Descupinização:** será medido em **metro quadrado (m²)** da área efetivamente tratada, considerando a execução **anual**.

7.3. Para fins de medição, a Contratada deverá apresentar Relatório de Execução dos Serviços, contendo no mínimo:

- I. Data e local da Execução;
- II. A área ou volume atendido (m² ou m³);
- III. O tipo de serviço realizado;
- IV. Os produtos utilizados, com suas respectivas quantidades, fichas técnicas e de segurança (FISPQ);
- V. Relatório Fotográfico com fotos legíveis do "antes", "durante" e "depois" da limpeza dos reservatórios e da instalação de iscas/pontos de controle;
- VI. Certificado de Execução, com nome e assinatura do responsável técnico da empresa e do representante da unidade atendida.

7.4. Os pagamentos poderão ser efetuados conforme os serviços efetivamente executados, mediante apresentação da nota fiscal/fatura correspondente e do Relatório de Execução dos Serviços, devidamente atestados pela fiscalização da Secretaria Municipal de Educação, observando-se:

7.4.1. que o pagamento poderá ocorrer após cada execução dos serviços, de acordo com a periodicidade prevista (mensal, semestral ou anual);

7.4.2. que deverão acompanhar a fatura:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.4.2.1. Relatórios de execução e controle, assinados pela CONTRATADA e pela fiscalização;

7.4.2.2. Certidões de regularidade fiscal e trabalhista vigentes;

7.4.2.3. Demais documentos exigidos pela legislação e pelo contrato;

7.4.3. que não serão pagos serviços não executados, executados parcialmente ou em desconformidade com as especificações contratuais.

7.5. O valor a ser pago corresponderá à soma dos serviços realizados no período de referência, conforme medições atestadas e valores unitários contratados, sendo vedado o pagamento antecipado de quaisquer valores, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas e mediante garantias adequadas.

7.6. A emissão da nota fiscal pela CONTRATADA pressupõe a plena aceitação das condições de execução e a inexistência de pendências técnicas ou administrativas relativas ao período medido.

7.7. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** úteis, contados da data da aceitação definitiva do objeto e do recebimento da respectiva Nota Fiscal.

7.8. A Administração efetuará a retenção dos tributos previstos na legislação vigente. O pagamento fica condicionado à manutenção das condições de habilitação (apresentação de certidões negativas de débitos previdenciários, trabalhistas e fiscais atualizadas).

7.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para Pagamento.

7.10. Caso a fiscalização identifique serviços executados em desacordo com as normas técnicas ou ausência de eficácia comprovada (reinfestação precoce), poderá ser aplicada glosa (desconto) proporcional ao valor da fatura, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificada;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- j) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- k) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.3. A contratada ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrente de sua conduta, as sanções que poderão ser aplicadas são:

8.4. Advertência: quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.5. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.7. Multa: aplicada nos casos de descumprimento parcial ou total das obrigações contratuais, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos;

8.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 8.9. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.12. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.13.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.13.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.14. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.14.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.14.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.14.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.14.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 8.14.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.17.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração: aplicada em caso de infrações graves, pelo prazo estabelecido em lei;

8.17.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública: aplicada nos casos de infração gravíssima, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, nos termos da legislação vigente;

8.17.3. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.18.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de Seleção

9.1.1. A contratação será realizada por meio de **licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, possibilitando a ampla participação de interessados, assegurando transparência, competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. Critério de Julgamento

9.2.1. O julgamento e a classificação das propostas observarão o critério de **Menor Preço por Item**, em conformidade com o disposto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, respeitadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

9.3. Modo de disputa ABERTO.

9.4. Critérios de Aceitabilidade

9.4.1. Não serão admitidas propostas que apresentem preços unitários superiores aos valores estimados constantes da planilha de composição de preços;

9.4.2. Serão desclassificadas propostas que não atendam às condições, prazos, especificações técnicas ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e no edital;

9.4.3. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço por item, desde que em conformidade com os requisitos técnicos e legais.

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.6. Habilitação jurídica

9.6.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

9.6.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.6.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.6.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.6.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.7. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

9.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.7.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.8. Qualificação Econômico-Financeira

9.8.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.8.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.8.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.8.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.8.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.8.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.8.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.8.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.8.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.9. Qualificação Técnica

9.9.1. Qualificação Técnico-Operacional

9.9.2. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição da empresa e de seu responsável técnico no conselho profissional competente (CRQ, CREA, CRBio, CRMV ou outro legalmente aplicável), em plena validade, compatível com o objeto da contratação.

9.9.3. Será aceito o registro em outro conselho profissional, desde que legalmente competente e compatível com as atividades a serem executadas.

9.9.4. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, contemplando, no mínimo:

9.9.4.1. serviços de controle de pragas e vetores (dedetização, desinsetização, desratização, descupinização ou similares);



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

9.9.4.2. serviços de limpeza, higienização, desinfecção e/ou manutenção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas).

9.9.5. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços de controle de pragas e higienização de reservatórios de água em quantitativo igual ou superior a 20% (vinte por cento) do quantitativo do item correspondente neste Termo de Referência.

9.9.6. Justificativa do Percentual de Capacidade Técnica

9.9.7. A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional em quantitativo mínimo correspondente a 20% (vinte por cento) dos quantitativos estimados para cada item do objeto mostra-se adequada, proporcional e suficiente para demonstrar a aptidão da licitante à execução dos serviços pretendidos pela Administração.

9.9.8. O percentual adotado observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, evitando restrições indevidas à ampla participação de interessados.

9.9.9. Considerando que os serviços objeto da contratação possuem natureza comum e rotineira no mercado especializado, com metodologias executivas amplamente difundidas e padronizadas, a exigência de quantitativos superiores poderia representar limitação excessiva à competitividade do certame, sem acréscimo efetivo de segurança à Administração.

9.9.10. A comprovação da experiência mínima exigida será admitida mediante somatório de atestados, desde que relacionados à mesma natureza do serviço correspondente ao item licitado, observando-se:

- I. para os serviços de limpeza, desinfecção e manutenção de reservatórios, a comprovação mínima de execução equivalente a 20% do volume total estimado em m³ (metros cúbicos);
- II. para os serviços de dedetização, desinsetização, desratização e descupinização, a comprovação mínima de execução equivalente a 20% da área total estimada em m² (metros quadrados);

9.9.11. Ressalta-se que a adequada execução contratual se encontra adicionalmente resguardada pelas demais exigências técnicas previstas neste Termo de Referência, especialmente:

- a) responsabilidade técnica habilitada;
- b) licenciamento sanitário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- c) observância das normas da ANVISA;
- d) apresentação de laudos técnicos;
- e) exigência de garantia dos serviços;
- f) fiscalização contratual contínua.

9.9.12. Dessa forma, o percentual estabelecido mostra-se tecnicamente compatível com a complexidade do objeto e alinhado à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, que orienta pela vedação de exigências excessivas ou desproporcionais capazes de restringir a competitividade.

9.9.13. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.9.14. Licença Ambiental e Certificado de Registro em vigor, expedidos pelo **INEA/RJ ou órgão ambiental equivalente**, para as atividades de Controle de Vetores e Pragas e Limpeza de Reservatórios.

9.9.15. Comprovação de regularidade junto ao CTF/APP, emitidos pelo **IBAMA**.

9.9.16. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), em observância à **RDC nº 222/2018 – ANVISA**, quando aplicável.

9.9.17. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.9.18. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.9.19. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

9.9.20. Os atestados poderão ser apresentados pela matriz ou filial da empresa.

9.9.21. A Administração poderá solicitar comprovação adicional da legitimidade dos atestados.

9.10. Qualificação Técnico-Profissional

9.10.1. A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para apresentação da proposta, profissional(is) de nível superior ou técnico, devidamente habilitado(s), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

9.10.2. A comprovação do vínculo profissional pode ser comprovada via CTPS, contrato de prestação de serviços ou outro meio juridicamente válido.

9.10.3. O(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) deverá(ão) estar devidamente registrado(s) no respectivo conselho profissional.

9.10.4. Treinamento em Boas Práticas Operacionais conforme a **RDC nº 622/2022 – ANVISA**.

9.10.5. A Empresa a ser contratada deverá possuir em seu quadro funcional um Responsável técnico de nível superior, devidamente qualificado e habilitado pelo respectivo conselho profissional (CRQ, CREA, CRBio, CRMV ou outro legalmente aplicável).

9.10.6. O(s) responsável(is) indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10.7. O Responsável técnico será responsável diretamente pelo treinamento dos operadores, aquisição de produtos Saneantes desinfestantes e equipamentos, orientação da forma correta de aplicação dos produtos no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas urbanas e por possíveis danos que possam vir a ocorrer à saúde e ao ambiente.

9.11. Disposições gerais sobre habilitação

9.11.1. As exigências de qualificação técnica foram estabelecidas em conformidade com a natureza e complexidade do objeto, visando garantir a execução adequada, segura e eficiente dos serviços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.11.2. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11.3. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.11.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

9.11.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11.7. Declaração de que dispõe ou disporá, no momento da execução contratual, de:

9.11.8. equipamentos adequados e suficientes para execução dos serviços;

9.11.9. produtos devidamente registrados nos órgãos competentes (ex.: ANVISA);

9.11.10. equipe técnica qualificada para execução dos serviços.

9.11.11. Não serão admitidas exigências que restrinjam indevidamente a competitividade, sendo aceitos documentos equivalentes, na forma da legislação vigente.

10. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

10.2. No que pese a busca preliminar para identificar a vantajosidade, os valores finais que deverão servir de parâmetro de preço máximo para a licitação, será o orçamento final apurado pela Coordenação de Planejamento de Compras/SEMED, por força de suas atribuições institucionais previstas na Lei 1.789/2024, para fins de certificar a economicidade e consequentemente comprovando a vantajosidade na contratação, com base na Lei nº 14.133/2021, conforme Planilha de Preços anexa aos autos por meio do controle nº 0371998, atingindo o importe total de **R\$ 3.060.006,97 (três milhões, sessenta mil, seis reais e noventa e sete centavos)**, sendo o valor médio estimado para o **Item 1 – R\$ 380.535,77 (trezentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos)**; **Item 2 – R\$ 2.432.677,80 (dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e oitenta centavos)** e **Item 3 – R\$ 246.793,40 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta centavos)**, nos termos do representado abaixo.

PLANILHA DE VALORES CONSOLIDADOS	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 1	R\$ 380.535,77
VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 2	R\$ 2.432.677,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 3	R\$ 246.793,40
VALOR TOTAL ESTIMADO P/A FORMAÇÃO DA ARP	R\$ 3.060.006,97

10.3. A metodologia adotada para a estimativa foi:

10.3.1. Para o serviço especializado de limpeza e tratamento de reservatórios de água que será prestado **semestralmente**, chega-se à conclusão que a quantidade contratual é de 2.461,74 (m³), sendo o cálculo:

- Volume total dos reservatórios por metros cúbicos das 39 unidades = **1.230,87m³**
- Limpeza (uma a cada 6 meses) = **2 vezes por ano**
- **1.230,87m³ x 2 = 2.461,74m³**

10.3.2. Para o serviço especializado em dedetização, desinsetização, desratização predial, que serão prestados **mensalmente**, chega-se à conclusão que a quantidade contratual é de 1.510.980 m², sendo o cálculo:

- Área total construída por metros quadrados das 39 unidades = **125.915m²**
- Serviço realizado mensalmente (uma vez por mês) = **12 vezes por ano**
- **125.915m² x 12 = 1.510.980m²**

10.3.3. Para o serviço especializado em descupinização, compreendendo as áreas internas e externas das unidades escolares e administrativas, que será prestado **anualmente**, chega-se à conclusão que a quantidade contratual é de **125.915m²**, sendo o cálculo:

- Área total construída por metros quadrados das 36 unidades = **125.915m²**
- Serviço realizado anualmente (uma vez por ano) = **1 vez por ano**
- **125.915m² x 1 = 125.915m²**

10.4. Frequência dos Serviços

10.4.1. Controle de Pragas e Vetores (Dedetização, Desinsetização e Desratização): execução mensal em toda a área construída das unidades escolares;

10.4.2. **Descupinização:** execução anual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.4.3. Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água: execução a cada 6 (seis) meses.

10.5. Preço Estimado

10.5.1. O preço global apresentado pelas licitantes deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, incluindo, mas não se limitando a: mão de obra qualificada, insumos saneantes, equipamentos de aplicação, EPIs, testes laboratoriais de potabilidade, transporte e encargos sociais e trabalhistas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes dessa aquisição correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

Programa de Trabalho: 12.361.0061.2.861 - Manutenção e Operacionalização do Ensino Fundamental.

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 5.00.1001

12. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

12.1. São Obrigações do Gestor do Contrato:

- I. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços, garantindo a conformidade com o contrato e o Termo de Referência;
- II. Registrar ocorrências e comunicar formalmente à Administração quaisquer irregularidades ou descumprimentos contratuais, informados e não solucionados, encaminhando à Administração Pública, caso não seja possível saná-los sem intervenção oficial;
- III. Rejeitar, total ou parcialmente, serviços executados em desacordo com as especificações;
- IV. Solicitar substituição de produtos, materiais ou métodos inadequados;
- V. Emitir atestados de conformidade de execução para fins de pagamento;
- VI. Manter registro atualizado da execução contratual e propor medidas administrativas quando necessário;
- VII. Manter sob sua guarda o processo administrativo, enquanto for necessário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- VIII. Receber e analisar quaisquer solicitações encaminhadas pela CONTRATADA;
- IX. Designar servidor ou Comissão para atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA (verificando ser correto preenchimento);

12.2. Ficarão reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione como o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação do contrato.

12.3. As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA ao Exmo. Sr. Prefeito, através do Gestor, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, da proposta vencedora e do contrato;
- II. Fornecer por sua conta, todos os produtos, materiais, equipamentos, insumos e ferramentas necessários;
- III. Garantir a qualidade e eficácia dos serviços, atendendo prontamente às solicitações do Gestor do Contrato;
- IV. Substituir, corrigir ou refazer, sem ônus para a Administração, os serviços executados em desacordo com as normas contratuais;
- V. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental, de segurança e saúde, isentando a Administração de qualquer responsabilidade;
- VI. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VII. Responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução contratual;
- VIII. Atender às comunicações e prazos fixados pela Administração;
- IX. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- X. Efetuar a prestação de serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- XI. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XII. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- XIII. Garantir que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços em espaços confinados ou trabalho em altura possuam capacitação e treinamento válidos, em conformidade com as Normas Regulamentadoras NR-33 e NR-35 do Ministério do Trabalho e Emprego, devendo apresentar os respectivos certificados sempre que solicitado pela fiscalização contratual.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A Contratante, além das obrigações contidas neste instrumento e aquelas decorrentes de determinação legal, obrigar-se à:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio do Gestor designado;
- II. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, após a comprovação da execução dos serviços e apresentação da documentação fiscal;
- III. Comunicar à contratadas quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução contratual;
- IV. Adotar providências administrativas necessárias ao bom andamento do contrato;
- V. Proporcionar as facilidades necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, permitindo livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais dos mesmos dentro dos horários estipulados, observando as normas internas;
- VI. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, se assim julgar conveniente, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações contratuais;
- VII. Não utilizar os empregados da CONTRATADA em outros serviços não abrangidos nesta Contratação;
- VIII. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas em contrato.

15. CRITÉRIO DE REAJUSTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

15.1. O preço será reajustado após 12 meses, pelo índice IPCA/IBGE, ou outro que venha substituí-lo.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. A execução do objeto contratual deverá observar práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, social e sanitária, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, com a Resolução RDC nº 622/2022 da ANVISA e com a ABNT NBR 15584/2008, atendendo aos seguintes requisitos:

16.1.1. Proteção da saúde humana e animal;

16.1.2. Utilização de produtos saneantes devidamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, em conformidade com a legislação vigente;

16.1.3. Adoção de procedimentos que minimizem a exposição de estudantes, servidores e demais usuários das unidades escolares aos produtos químicos aplicados;

16.1.4. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados pelos profissionais responsáveis, conforme normas de segurança do trabalho.

16.1.5. Proteção do Meio Ambiente

16.1.6. Utilização de produtos e insumos que apresentem menor toxicidade possível, respeitando critérios de seletividade, biodegradabilidade e redução de impacto ambiental;

16.1.7. Armazenamento, transporte e descarte dos produtos químicos e embalagens em conformidade com a legislação ambiental e sanitária, evitando contaminação do solo, da água e da fauna;

16.1.8. Proibição do uso de produtos não autorizados ou com restrição de comercialização pelos órgãos reguladores competentes.

16.1.9. Responsabilidade técnica e operacional

16.1.10. Execução dos serviços somente por empresa autorizada pela autoridade sanitária competente e com responsável técnico legalmente habilitado;

16.1.11. Elaboração e apresentação de relatórios de serviços prestados contendo a identificação dos produtos utilizados, suas concentrações, locais de aplicação e orientações preventivas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

16.1.12. Adoção de métodos integrados de controle de pragas, priorizando sempre que possível medidas físicas, mecânicas e de manejo ambiental em substituição ao uso exclusivo de produtos químicos.

16.1.13. Eficiência e conformidade normativa

16.1.14. Atendimento às diretrizes da Resolução RDC nº 622/2022 (ANVISA) sobre funcionamento de empresas de controle de vetores e pragas urbanas;

16.1.15. Observância dos princípios da ABNT NBR 15584, que estabelece requisitos técnicos para o manejo adequado de pragas urbanas, visando à proteção da saúde humana, animal e do meio ambiente;

16.1.16. Cumprimento das normas municipais, estaduais e federais relacionadas ao controle de pragas e ao tratamento de reservatórios de água.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, na forma do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. O CONTRATANTE fará publicar obrigatoriamente o resumo do contrato a ser firmado no órgão de imprensa que realiza suas publicações oficiais.

19. DA REMESSA AO TCE

19.1. Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa de cópia do contrato a ser firmado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo de legal, após sua regular publicação, se for o caso.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A continuidade das ações contratadas é essencial, tendo em vista que a presença de pragas e vetores pode comprometer a integridade do patrimônio público, a regularidade dos serviços prestados e o cumprimento da missão institucional da SEMED. Nesse sentido, destaca-se o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 132/2008, Segunda Câmara), que reconhece o caráter contínuo de serviços cuja interrupção possa comprometer a prestação de serviço público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO


20.2. Assim, a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços descritos representa medida necessária e estratégica, pautada na economicidade, eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, assegurando resultados concretos e benéficos à Administração Pública e à comunidade escolar.

21. DO FORO


21.1. Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados - RJ, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

Queimados, 12 de maio de 2026.

Assessor que auxiliou na elaboração do documento:

Documento assinado digitalmente
 FRANCIS DOS SANTOS SILVA
Data: 12/05/2026 09:31:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francis dos Santos Silva
Assessoria Técnica – Contratos / SEMED
Matrícula nº 14322/01


Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA DOS SANTOS BASTOS DA SILVA
Data: 12/05/2026 09:44:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Paula dos Santos Bastos da Silva
Subsecretária Adjunta de Infraestrutura
Matrícula nº 14405/01

Acolho,

ANDRE LUIZ MONSORES DE ASSUMPCAO:00928163717
Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ MONSORES DE ASSUMPCAO:00928163717
Dados: 2026.05.12 10:44:55 -03'00'

André Luiz Monsores de Assumpção
Secretário Municipal de Educação
Matrícula nº 14231/01



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Queimados
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Coordenação de Planejamento de Compras – CPC/SEMED

PROCESSO: 8594/2025-E

PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PERIODICIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE ANUAL	EMPRESA A		EMPRESA B		EMPRESA C		EMPRESA D		EMPRESA E		MÉDIA			
						BANCO DE PREÇOS		PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA-RN - CONTRATO 0193/2025		PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP		PRIMEPROTECH SERVICOS DE LIMPEZA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - CNPJ 46.786.274/0001-59		PREFEITURA MUNICIPAL DE REMANSO - ARPs 130/131		PREÇO UNIT.²		TOTAL ANUAL	
						PREÇO UNIT.	TOTAL ANUAL	PREÇO UNIT.	TOTAL ANUAL	PREÇO UNIT.	TOTAL ANUAL	PREÇO UNIT.	TOTAL ANUAL	PREÇO UNIT.	TOTAL ANUAL				
Pesquisa de Preços para contratação de empresa especializada em limpeza e manutenção de reservatórios de água e controle de vetores e pragas nas Unidades Escolares e órgãos vinculados à SEMED/Queimados – RJ																			
SERVIÇO PESSOA JURIDICA																			
1	Serviço especializado em limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água.	M²	SEMESTRAL	2 x 1.230,87	2.461,74	R\$ 191,98	R\$ 472.604,85	R\$ 119,00	R\$ 292.947,06	R\$ 160,31	R\$ 394.641,54	R\$ 105,00	R\$ 258.482,70	R\$ 196,60	R\$ 483.978,08	R\$ 154,58	R\$ 380.535,77		
2	Serviço especializado em dedetização, desinsetização, desratização predial.	M²	MENSAL	12 x 125.915	1.510.980	R\$ 1,46	R\$ 2.206.030,80	R\$ 1,44	R\$ 2.175.811,20	R\$ 1,82	R\$ 2.749.983,60	R\$ 1,95	R\$ 2.946.411,00	R\$ 1,38	R\$ 2.085.152,40	R\$ 1,61	R\$ 2.432.677,80		
3	Serviço especializado em descupinização, compreendendo as áreas internas e externas das Unidades Escolares e Administrativas.	M²	ANUAL	1 x 125.915	125915	R\$ 1,82	R\$ 229.165,30	R\$ 1,44	R\$ 181.317,60	R\$ 1,67	R\$ 210.278,05	R\$ 3,50	R\$ 440.702,50	R\$ 1,38	R\$ 173.762,70	R\$ 1,96	R\$ 246.793,40		
MÉDIAS TOTAIS ANUAIS ESTIMADAS						R\$ 2.907.800,95		R\$ 2.650.075,86		R\$ 3.354.903,19		R\$ 3.645.596,20		R\$ 2.742.893,18					
									VALOR MÉDIO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO				R\$ 3.060.006,97						

Data Base: MARÇO/2026
Certifico que os preços pesquisados estão compatíveis com os valores de mercado e que as fontes estão acostadas aos autos.
¹ = Certifico que todas as ARPs e Contratos de outros Entes Públicos, utilizados na Pesquisa de Preço estão vigentes e seguem em anexo para eventual conferência
² = OBS: As médias dos valores unitários foram arredondadas para duas casas decimais, exclusivamente para padronização monetária, sem prejuízo à fidedignidade da pesquisa de preços.

Documento assinado digitalmente

gov.br

THIAGO SIMONATO LEITE TORRES
Data: 10/03/2026 17:25:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thiago Simonato Leite Torres

Matrícula 16324/01

Coordenação de Planejamento de Compras – CPC

QUEIMADOS, 10 DE MARÇO DE 2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO III – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nota (1): Esta planilha poderá ser adaptada às características do serviço contratado, a serem estabelecidas no Termo de Referência.

Nota (2): Deverá acompanhar esta planilha a relação dos serviços, materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços indicando quantitativo e sua especificação.

Nota (3): Quando o contrato não abranger o pagamento mensal, mas for vinculado a etapas, ou realização integral do objeto, esta planilha deverá ser adaptada a essa realidade.

Nº Processo	
Licitação Nº	

Dia ___/___/___ às ___:___ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município (s)	
C	Serviço	
D	Unidade de medida	
E	Quantidade <u>(total)</u> a contratar (em função da unidade de medida)	



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Custo por Unidade de medida – tipos e quantidades

Lote	Tipo de serviço	Unidade de Medida	Valor Por Unidade Em R\$
1			
2			
Valor Total do Contrato			



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Instrumento Contratual
nº ____/2026, arquivado no Livro de
Registro de Contratos nº
____/20__, às fls ____a ____.

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
FAZEM O MUNICÍPIO DE QUEIMADOS E
A EMPRESA _____, PARA
TRATAR DE LIMPEZA DESINFECÇÃO,
TRATAMENTO E MANUTENÇÃO DE
RESERVATÓRIOS DE ÁGUA (CAIXAS
D'ÁGUA E CISTERNAS), E CONTROLE DE
PRAGAS E VETORES.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026.

Aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e seis, na cidade de Queimados – RJ, celebram o presente contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, entidade de direito público, criado pela Lei nº. 1.773, de 21 de dezembro de 1990, representado **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com inscrição no CNPJ/MF nº. [...nº do CNPJ/FME...], neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação¹, Sr. **ANDRÉ LUIZ MONSORES DE ASSUMPTÃO**, brasileiro, casado, servidor público, portadora da cédula de identidade nº. [...nº da identidade...], expedida pelo [...órgão expedidor...], inscrito no CPF/ME sob o nº. [...nº CPF...], residente e domiciliado nesta Cidade, de agora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa [...razão social da contratada...], estabelecida na [...endereço completo...], inscrita no CNPJ/ME sob o nº. [...nº CNPJ...], neste ato representada por [...nome do representante legal...], brasileiro, [...estado civil...], empresário, portador da cédula de identidade nº. [...nº...], expedida pelo [...órgão expedidor...], inscrito no CPF/ME sob o nº. [...nº...], residente e domiciliado na [...endereço completo...], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a autorização exarada no processo administrativo nº. **8594/2025-E**, Pregão Eletrônico Nº [...nº/2025...] e ainda o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº. 2.895, de 09 de março de 2023, atendidas às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

¹ Lei Municipal Complementar nº 103/2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Prestação de Serviços **Limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas)**, bem como o **Controle de Vetores e Pragas** que inclui **Dedetização, Desinsetização, Desratização, Descupinização das Unidades Escolares e demais órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do município de Queimados / RJ**, conforme especificações contidas no edital do Pregão Eletrônico nº [...nº/2025...] e em seu Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto da contratação está dividido da seguinte forma:

Item 1 - Serviço especializado em limpeza, desinfecção, tratamento e manutenção de reservatórios de água: Limpeza de caixa d'água e cisternas nas unidades escolares e administrativas da SEMED, semestralmente no período do contrato;

Item 2 - Serviço especializado em dedetização, desinsetização, desratização predial: Prestação de serviços em combate a pragas e vetores, mensalmente no período do contrato;

Item 3 - Serviço especializado em descupinização: Prestação de serviço no combate contra a descupinização, compreendendo as áreas internas e externas das Unidades Escolares e Administrativas, uma vez no período do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução dos serviços dar-se-á sem dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO) e com fornecimento integral de todos os equipamentos, ferramentas, insumos e produtos saneantes necessários.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Os seguintes documentos fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº [...nº/2026...]
- b) Proposta da CONTRATADA;
- c) Termo de Referência;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO E LOCAL

O contrato tem vigência de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do termo contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, com base no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os objetos desta licitação deverão ser realizados nas Unidades Escolares e órgãos vinculados à SEMED, conforme descritas no Termo de Referência e Memorando de Início de Serviços. Essa prestação de serviço deverá ser acompanhada pelo Diretor da unidade escolar ou outro responsável indicado por esta secretaria, e ao menos um membro da Comissão de Fiscalização de Contratos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA realizará a prestação de serviço, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do envio do Memorando de Ordem de Serviço, nos termos estabelecidos pela Subsecretaria Adjunta de Infraestrutura.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Executado o contrato, o objeto será realizado:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá atentar ao fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado o serviço que estiver com alguma característica diferente das especificações contidas no Edital e no Termo de Referência;

CLÁUSULA QUINTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato rege-se por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente o que estabelece a Lei Federal nº. 14.133/2021, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, XXI, Lei Complementar nº 101/2000, Decretos Municipais nº 2.895/2023, 2.893/2023 e 2.896/2023, além das normas da ANVISA (RDC nº 622/2022), Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e as demais disposições legais pertinentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os casos omissos ou dúvidas na interpretação do presente instrumento, aplicar-se-á a legislação acima, bem como a aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado contidos nos arts. 481 e seguintes do Código Civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

Dar-se-á ao contrato o valor global **R\$ [...valor global por extenso...]**, considerando o valor unitário estimado do objeto, cujo valor é:

- a) **Item 1 – R\$ [...valor...];**
- b) **Item 2 – R\$ [...valor...];**
- c) **Item 3 – R\$ [...valor...].**

A execução se resolverá com a prestação de serviço até o prazo final do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor global é meramente estimado, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos serviços efetivamente realizados e documentados para o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O preço referido no caput desta Cláusula será irreajustável, no prazo de 12 meses contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No valor acima deverá estar inclusa todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO QUARTO – Para o pagamento, será apurada a medição mensal dos serviços realizados, sendo pagos apenas os realizados naquele mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – TRIBUTO

Os preços discriminados no presente contrato, devem incluir o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), que será retido pela CONTRATANTE, bem como quaisquer outros impostos porventura incidentes sobre os serviços adquiridos e eventuais despesas de qualquer natureza.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação dos serviços correrão à conta da seguinte dotação orçamentária vigente:

PROGRAMA DE TRABALHO: [...nº...]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

FONTE: [...nº...]

ELEMENTO DE DESPESA: [...nº...]

EMPENHO: [...nº...]

CLÁUSULA NONA – RENÚNCIA A DIREITOS

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste contrato não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Além das responsabilidades estampadas no Edital e previstas expressamente na Lei Federal 14.133/2021, obriga-se a CONTRATADA a:

- I. Prestar o serviço dos objetos constantes na CLÁUSULA PRIMEIRA, diretamente nas unidades escolares e administrativas da SEMED, nos termos delineados no Edital e Termo de Referência;
- II. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, e previdenciária, incluindo seguros contra riscos de acidente do trabalho, vez que o pessoal designado para a prestação de serviços, especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA, não terá com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;
- III. Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes deste instrumento, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;
- IV. Cumprir os prazos estabelecidos neste contrato, sob pena das sanções por ele imposta;
- V. Comprovar a qualquer tempo, por exigência do CONTRATANTE, o cumprimento das obrigações previstas no item I e II, como condição para o pagamento da fatura;
- VI. Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior mencionados no artigo 393 do Código Civil, a CONTRATADA responderá com suporte no princípio da culpa objetiva, pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos indiretamente pelo CONTRATANTE ou causados a terceiros por ato ou fato comissivos ou omissivos da CONTRATADA ou de seus prepostos tais como os decorrentes de furto ou roubo dos materiais, ocorridos quando ainda sob os seus cuidados.
- VII. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

por eles solicitados.

- VIII. Paralisar, por determinação da ADMINISTRAÇÃO, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- IX. Submeter previamente, por escrito, à ADMINISTRAÇÃO, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- X. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XI. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- XII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- XIII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado nos termos do § 1º do art. 141 da Lei nº. 14.133/2021, por meio de petição que deverá ser instruída com as notas fiscais eletrônicas, empenho, certidões de regularidade fiscal, indicadas no Termo de Referência; bem como relatório da Comissão fiscalizadora do contrato, descrevendo a qualidade dos serviços prestados e avaliação do nível de qualidade dos mesmos. Devendo, ainda a referida comissão certificar, o adimplemento da obrigação, avaliando a qualidade e eficiência da execução do objeto contratado, bem como o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas. Só serão pagos os serviços efetivamente realizados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a solicitação e abertura de processo administrativo na Secretaria Municipal de Educação de Queimados, que deverá ser protocolada após a realização dos serviços, realizados naquele mês, com apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente comprovada à regularidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

fiscal da CONTRATADA, nos termos da legislação pertinente, e, em caso de pendência, ficará suspenso até a efetiva comprovação da regularidade fiscal:

- I. A nota referida acima deve apresentar discriminadamente os itens e quantitativos fornecidos para cada unidade administrativa e a soma total destas;
- II. O prazo para o pagamento será contado a partir da data em que for protocolada a Nota Fiscal eletrônica após o devido atesto pelos responsáveis designados pela Contratante, bem como todas as demais documentações pertinentes;
- III. As Notas Fiscais eletrônicas/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e neste caso o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos;
- IV. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, execução irregular de serviço ou falta de prestação de serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A contratada deverá comprovar a quitação com encargos sociais, advindo da presente prestação de serviços, tributos estaduais e municipais, instruindo o pedido de pagamento com os seguintes documentos:

- I. Ofício / Solicitação de pagamento devidamente assinado, informando número do contrato, objeto, valor e período da prestação dos serviços;
 - II. Cópia da Nota de Empenho;
 - III. Nota Fiscal eletrônica;
 - IV. Cartão do CNPJ.
- Certidões Negativas a seguir:
- I. Federal:
 - a. Certidão Conjunta Federal;
 - b. Certidão Negativa da Previdência Social;
 - c. Certidão de Regularização Fiscal junto à Caixa Econômica Federal -FGTS;
 - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme determina a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.
 - II. Estadual:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a. CND - Fazenda Estadual / ICMS;
- b. CNDA - Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual.

III. Municipal:

- a. CND - Relativa à Atividade Econômica ou Certidão Positiva com efeito Negativa;
- b. CND - Relativa aos Tributos ISS e TLFV ou Certidão Positiva com efeito Negativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A comprovação das certidões do item I, visa afastar a responsabilidade subsidiária do contratante em caso de inadimplência das obrigações trabalhistas da contratada.

PARÁGRAFO QUARTO - Não será permitido pagamento antecipado nos termos do artigo 145 da Lei 1.4133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento será realizado, preferencialmente, por transferência bancária, devendo a Contratada fornecer os dados bancários ou chave PIX.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Deverá ser emitida Nota Fiscal para o pagamento, constando o valor total e individual dos serviços prestados.

PARÁGRAFO OITAVO - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO NONO - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Previamente ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, observado ainda as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa citada supra, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havendo entre as datas do vencimento do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A CONTRATANTE poderá efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, em casos de inadimplência dos encargos trabalhistas, encargos sociais, previdenciários e comerciais, que forem apurados em sede própria do Poder Judiciário ou que forem apurados pelo CONTRATANTE, através de processo administrativo, até que haja a regularização dos valores devidos, na forma preconizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

pelo art. 121 e seu §1º da Lei nº 14.133/21, sendo também adotado nas hipóteses prevista no art. 120 da Lei nº 14.133/23.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei nº 123/2016, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

Na forma que estabelece o art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d. deixar de apresentar amostra;
 - e. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI. fraudar a licitação;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - a. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- c. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na forma que estabelece o art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na forma do § 1º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I do parágrafo primeiro será aplicada exclusivamente pela infração administrativa nele prevista, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- I. Para as infrações previstas nos incisos I a III do caput, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- II. Para as demais infrações do caput, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PARÁGRAFO QUINTO – Quanto ao atraso na prestação dos serviços, será atribuída multa nos seguintes valores:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço;
- b. 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço, no caso de atraso superior a trinta dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou instrumento equivalente;
- c. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão;
- d. A recusa injustificada em atender ao disposto caracterizará descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a à multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do fornecimento, sem prejuízo das demais sanções legais.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA quando do pagamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos incisos III e IV do Parágrafo Primeiro.

PARÁGRAFO OITAVO – O impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos incisos I a IV do caput, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

PARÁGRAFO NONO – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá a CONTRATADA de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos incisos V a IX do caput;

PARÁGRAFO DÉCIMO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o rito procedimental previsto na Lei Federal 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações contidas neste instrumento e aquelas decorrentes de determinação legal, obrigar-se á:

- I. Assinar o contrato e manter, durante toda a sua vigência, a compatibilidade com as obrigações presentes no edital, termo de referência e suas propostas por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigida;
- II. Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- III. Apresentar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- IV. Fornecer os serviços conforme previsto na Cláusula Terceira;
- V. Cumprir todas as demais obrigações impostas no edital;
- VI. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar expostas, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital;
- VII. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados lá descritos e existentes na Lei Federal 14.133/2021.
- VIII. Credenciar junto às subsecretarias solicitantes, funcionário que atenderá às requisições efetuadas pelo gestor do contrato;
- IX. Prestar os serviços de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, Edital e proposta, dentro do prazo e local estabelecido;
- X. Substituir, sem ônus adicionais e no prazo definido acima, contado da comunicação formal do Solicitante, o serviço recusado;
- XI. Informar a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a prestação de serviço;
- XII. Assumir integral responsabilidade por danos causados a Administração Pública solicitante ou a terceiros, decorrentes da utilização de produtos adulterados, ou com qualquer irregularidade que comprometa sua utilização, isentando a Prefeitura Municipal de Queimados de todas as reclamações que possam surgir;
- XIII. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ou perda de descontos para o CONTRATANTE;

- XIV. Instruir o fornecimento do objeto deste instrumento com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da ordem de serviço (requisição);
- XV. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- XVI. Não transferir, em hipótese alguma, este instrumento contratual a terceiro;
- XVII. Satisfazer rigorosamente o objeto desta contratação, em conformidade com todas as condições e os prazos estabelecidos neste instrumento;
- XVIII. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de multa e rescisão contratual;
- XIX. Cumprir rigorosamente com os prazos e demais condições previstas neste instrumento, bem como com toda e qualquer exigência legal aplicável ao presente caso;
- XX. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando a execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;
- XXI. Informar ao Fiscal, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, a ocorrência de qualquer anormalidade, prestando esclarecimento necessários;
- XXII. Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes deste instrumento, bem como de infrações praticadas por seus funcionários, ainda que no recinto do Contratante;
- XXIII. Assumir responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- XXIV. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- XXV. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a esse Contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- XXVI. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste objeto;
- XXVII. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA dispensa expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;
- XXVIII. Não veicular publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- XXIX. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas;
- XXX. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
- XXXI. Efetuar a realização do serviço dentro do prazo proposto e aceito pelo CONTRATANTE, devendo oferecer bens com a qualidade e a tempestividade prometidas;
- XXXII. Adotar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto do presente Contrato, em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e proposta ofertada, executando-o com eficiência, presteza e pontualidade;
- XXXIII. Prestar os serviços objeto do presente Contrato, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinente;
- XXXIV. Manter Responsável Técnico de nível superior (CRQ ou CREA);
- XXXV. Utilizar produtos saneantes registrados na ANVISA e fornecer EPIs (NR-33 e NR-35);
- XXXVI. Garantir a assistência técnica imediata (reexecução) em até 24 horas se necessário;
- XXXVII. Declarar se aceita ou não as comunicações referentes a contratação através de correio eletrônico, inclusive de futura sanções, declarando ainda que se compromete a atualizar os contatos telefônicos e e-mail sempre que necessário;
- XXXVIII. Declarar que aceita a necessidade de informar o recebimento do e-mail em até 48 horas. Não o fazendo, será considerado o recebido após 10 (dez) dias úteis do envio da correspondência eletrônica;
- XXXIX. Demais condições previstas no Edital e no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

São obrigações do Gestor do Contrato:

- I. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- II. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- IV. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- V. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- VI. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- VII. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA ao Exmo. Sr. Prefeito, através do Gestor, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Gestor do Contrato deverá observar as orientações e recomendações da Controladoria Geral do Município no momento da fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, ou empresa especialmente CONTRATADA para o gerenciamento e fiscalização, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do objeto deste contrato, incumbindo-lhe a prática de todos os atos próprios ao exercício deste mister, definidos na legislação pertinente, inclusive quanto à aplicação de penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor, lançando mão, inclusive, de roteiros, relatórios fotográficos (se for o caso), termos de conferência, etc., para o cumprimento de sua competência, observando as orientações da Controladoria Geral do Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades, desde que previstos no edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É outorgada à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste contrato, no edital, nas especificações, nos projetos e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione direta ou indiretamente com o objeto do presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade da CONTRATADA no que concerne à execução do objeto deste contrato, a sua execução e as consequências e implicações próximas ou remotas, perante ao CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

PARÁGRAFO QUARTO – O CONTRATANTE terá direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

embarace a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do CONTRATANTE, poderá esta confiar a outrem a execução do objeto do contrato reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez no primeiro pagamento mensal a ser feito a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO – Caberá a Comissão de acompanhamento e fiscalização de contratos atestar as notas/faturas emitidas pela CONTRATADA, após o adimplemento da obrigação do contrato de acordo com a Cláusula Primeira, anexando roteiros, relatórios fotográficos (se for o caso), termos de conferência e toda documentação que for necessário para a conveniente comprovação de que o objeto contratado fora cumprido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das obrigações contidas neste instrumento e aquelas decorrentes de determinação legal, CONTRATANTE se obriga a:

- I. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- II. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- III. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste instrumento;
- IV. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- V. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- VI. Fiscalizar o presente Contrato através do Órgão competente;
- VII. Acompanhar a prestação de serviço efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega;
- VIII. Acompanhar a execução do Contrato, nos Termos do Inciso III do Art. 104 c/c o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, através do Fiscal do Contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, inclusive as obrigações da CONTRATADA, também constantes no presente Termo de Referência, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, notificando, por escrito, a CONTRATADA, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução, objeto deste instrumento, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

e à ampla defesa;, anotando em registro próprio todas as ocorrências constatadas;

- IX. Efetuar a juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual;
- X. Prestar as informações e os esclarecimentos restritos ao objeto deste instrumento, necessárias ao desenvolvimento das atividades relativas às obrigações assumidas, sempre que solicitado;
- XI. Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto contratado;
- XII. Atestar as faturas e documentos fiscais correspondentes aos serviços contratados, quando executados a contento;
- XIII. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidas neste contrato;
- XIV. Rejeitar no todo ou em parte a prestação dos serviços em desacordo com o previsto no Termo de Referência;
- XV. Atentar-se as obrigações previstas no Edital e neste contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GARANTIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá prestar garantia para execução contratual, como forma de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar da data de assinatura do contrato, e corresponderá ao valor equivalente a até **5% (cinco por cento)** do valor total contratado, podendo ser majorada para até 10% (dez por cento), a critério da CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá solicitar a extinção do presente contrato nos casos previstos no Edital e no Termo de Referência. Poderá ainda, unilateralmente realizar a rescisão contratual, no exercício do pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito a indenização, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando a rescisão unilateral ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme previsto na Lei Federal 14.133/2021, deverá ser esta ressarcida



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do contrato de forma escorreita até a data da rescisão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo a rescisão do contrato pelo não cumprimento por parte da CONTRATADA de cláusulas contratuais, poderá o CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções legais a retenção dos créditos da CONTRATADA decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos por esta causados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA o ônus de provar o contrário. Se o CONTRATANTE for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

PARÁGRAFO QUARTO – Sem ônus, a Administração poderá extinguir o contrato quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Decorrido o interregno de 12 (doze) meses, os preços contratados poderão ser reajustados, através solicitação do CONTRATADA, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

aplicação do índice de correção monetária, com base na variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), observado o disposto no art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O reajuste incidirá exclusivamente sobre as obrigações cuja execução tenha início após o transcurso do referido prazo de anualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUARTO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO SEXTO - O reajuste será realizado por apostilamento, conforme art. 136 da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Será devido o equilíbrio econômico-financeiro, quando verificadas situações e condições do art. 124, inciso II alínea "d" da lei 14.133/21.

PARÁGRAFO OITAVO - O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

PARÁGRAFO NONO - Com o objetivo de assegurar a adequada análise e eventual concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, reforça-se que toda solicitação por parte da CONTRATADA deverá estar devidamente instruída com demonstrativos financeiros detalhados, documentos comprobatórios e justificativas técnicas e econômicas robustas, que permitam a apuração clara da ocorrência das situações previstas no art. 124, inciso



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

II, alínea "d", da Lei nº 14.133/21. A ausência ou insuficiência dessas informações poderá acarretar a inadmissibilidade ou devolução da solicitação, interrompendo a contagem do prazo, até a devida complementação da documentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE fará publicar obrigatoriamente o resumo deste contrato no órgão de imprensa que realiza suas publicações oficiais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – REMESSA AO T.C.E.

Obrigando-se o CONTRATANTE a providenciar a remessa deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo legal, após sua regular publicação, na forma da Deliberação TCE-RJ nº 312/20.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FORO

Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados-RJ, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, por si e seus sucessores em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que o mesmo gere os seus devidos e legais efeitos, podendo ser assinado digitalmente ou eletronicamente, nos termos da lei.

Queimados - RJ, XX de XXXX de 2026.

CONTRATANTE:

**SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GESTOR DO CONTRATO**

CONTRATADA:

**RESPONSÁVEL PELA EMPRESA
EMPRESA
CONTRATADA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a _____ está
ciente e concorda com as disposições previstas no Edital nº ____/20____ e de seus anexos,
bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das
informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local e data, ____ de _____ de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Queimados

Assunto: Declaração de autorização para comunicações eletrônicas - PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2026.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ **DECLARA(M)**, sob as penas da Lei, que aceita as comunicações referentes a contratação através de correio eletrônico, inclusive de futuras sanções e demais intimações, declarando ainda que se compromete a atualizar os contatos telefônicos e endereços eletrônicos sempre que necessário, sob sua exclusiva responsabilidade, reputando-se como recebidos as comunicações encaminhadas aos endereços cadastrados e não atualizados.

Declaro ainda ciência da necessidade de informar o recebimento da comunicação eletrônica em até 48h (quarenta e oito horas) do recebimento. Sendo considerado recebido após 10 (dez) dias úteis do envio da correspondência eletrônica sem a informação de recebimento.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Queimados

Assunto: Declaração de Aceite de Fiscalização - PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2026.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ **DECLARA(M)**, sob as penas da Lei, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que a Administração Pública necessitar e que forem julgados necessários, bem como a atender prontamente às recomendações e determinações formais emitidas pela fiscalização, desde que estejam previstas no Termo de Referência, Edital e/ou Termo Contratual.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Queimados

Assunto: Declaração de Sustentabilidade - PREGÃO ELETRÔNICO nº. ____/2026.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ **DECLARA(M)**, sob as penas da Lei, que adota ativamente práticas de sustentabilidade voltadas à redução de impactos ambientais, à eficiência energética e ao uso racional de recursos em sua linha de produção.

Declara ainda que adota práticas de logística reversa para as embalagens e os resíduos gerados em seu próprio processo produtivo e logístico, em estrita observância às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010).

Declaramos estar cientes de que o descumprimento das medidas de sustentabilidade declaradas poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais e administrativas por parte da Administração Pública Municipal.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)